



Comissão Mista de Reavaliação de Informações

148ª Reunião Ordinária

Decisão CMRI nº 454/2025/CMRI/CC/PR

NUP: 23546.010486-2025-99

Requerente: A.K.G.

Órgão: IFG – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

RESUMO DO PEDIDO

O cidadão não ficou satisfeito com o conteúdo de uma resposta lhe enviada pelo setor de Ouvidoria. Assim, solicitou uma resposta detalhada, técnica e objetiva sobre “Não Homologação de Atestado”, pedindo que a resposta contenha:

1. *Nova manifestação que atenda aos requisitos legais, contendo:*

- a. Análise técnica da divergência entre os laudos apresentados (psiquiátrico e psicológico) e a decisão pericial;*
- b. Fundamentação técnica para a não homologação do atestado;*
- c. Justificativa para a desconsideração dos diagnósticos F43.2, F41.1 e F38;*
- d. Avaliação do agravamento do quadro clínico e do tratamento em curso.*

2. *Apresentação de documentos comprobatórios que sustentem as alegações do Memorando 1/2025, incluindo:*

- a. Evidências sobre suposta negligência de acompanhamento;*
- b. Registros de orientações médicas e ofertas de retorno ao trabalho;*
- c. Provas de que foi informado sobre a necessidade de solicitar reavaliação de lotação.*

3. *Justificativa técnica sobre como as medidas propostas (retorno ao trabalho com adequações e mudança de localidade) são adequadas e eficazes no tratamento dos transtornos mencionados, à luz da literatura médica e diretrizes de tratamento.*

4. *Cópia dos laudos médicos.*

RESPOSTA DO ÓRGÃO REQUERIDO

Em resposta aos questionamentos, o órgão alegou que encaminhou o MEMORANDO 6/2025 - REI-

PERMED/REI-DDRH/REI-PRODI/REITORIA/IFG, obtido junto ao SIASS IF Goiano/IFG do Instituto Federal de Goiás. Também informou que os demais documentos que compõem a resposta foram encaminhados ao e-mail institucional do servidor, devido à quantidade de documentos que excede o limite máximo de upload na Plataforma Fala.br. Quanto ao memorando nº 06/2025 citado, consta: o IFG informa que todas as solicitações de afastamento por motivo de saúde do servidor foram deferidas até o momento; a última perícia, realizada em 27/01/2025, foi de reconsideração e resultou na homologação integral do afastamento; houve reconhecimento de acidente de trabalho/moléstia profissional para o período de 04/03/2024 a 01/06/2024; as demais perícias foram tratadas como licença para tratamento da própria saúde; as perícias seguiram o Manual de Perícia Oficial em Saúde (MPOS) e os parâmetros técnicos nele previstos; as informações detalhadas do entendimento pericial constam no prontuário, cujo acesso pode ser solicitado formalmente ao SIASS, respeitando o fluxo da unidade e a LGPD; os laudos solicitados foram encaminhados, sendo ressaltado que representam apenas a conclusão do entendimento pericial. Os peritos permanecem à disposição para prestar esclarecimentos.

RECURSO EM 1ª INSTÂNCIA

O cidadão afirmou que a resposta recebida foi evasiva e pediu o reconhecimento, a partir de 01/06/2024, de acidente em serviço/moléstia profissional, com registro no SouGov e garantia dos direitos legais. Requereu esclarecimentos técnicos sobre a não homologação de atestado, envio dos documentos solicitados, inclusive laudo de acidente em serviço, e encaminhamento do caso a instância superior ou a perito externo. Também solicitou apuração da conduta dos peritos, que, segundo ele, agravaria sua saúde mental, destacando que o recurso foi redigido com auxílio de terceiros.

RESPOSTA DO ÓRGÃO AO RECURSO EM 1ª INSTÂNCIA

A Autoridade de Monitoramento da LAI/Assessoria de Relações Institucionais do IFG esclareceu que o Memorando 6/2025, obtido junto ao SIASS IF Goiano/IFG, tratou do questionamento sobre o reconhecimento, pelo colegiado de peritos, do período subsequente a 04/03/2024 a 01/06/2024 como acidente em serviço/moléstia profissional. Informou que todos os laudos mencionados foram encaminhados por e-mail institucional ao servidor, devido à limitação de upload na Plataforma Fala.BR. Esclareceu que pedidos de informação devem conter especificações claras e precisas, não abrangendo solicitações genéricas ou que demandem análise, interpretação ou elaboração de documentos. Registrou que, na ausência de parecer jurídico prévio sobre situação similar, não havia obrigação de produzi-lo. Orientou o requerente a registrar novo pedido de informação, de forma clara e objetiva, ou a utilizar outros tipos de manifestação disponíveis na Ouvidoria do IFG via Fala.BR.

RECURSO EM 2ª INSTÂNCIA

O Requerente alegou que novamente a resposta não atendeu sua solicitação. Também relatou que a resposta encaminhada via Ouvidoria, na data de 31/01/2025, não atendeu aos requisitos de clareza, objetividade e conclusividade previstos na legislação aplicável (Lei nº 13.460/2017, Decreto nº 9.492/2018 e Lei nº 9.784/1999). Adicionalmente, reiterou o pedido inicial de resposta técnica e fundamentada sobre a não homologação de atestado médico.

RESPOSTA DO ÓRGÃO AO RECURSO EM 2ª INSTÂNCIA

O órgão reiterou as informações já fornecidas nas respostas ao pedido inicial e ao recurso de 1ª instância. Destacou também que quatorze laudos foram enviados ao e-mail do servidor, em razão do limite de upload da plataforma Fala.br ter sido excedido. Ademais, o órgão informou que solicitações de prontuário podem ser feitas no SIASS, assim como outros pedidos de esclarecimentos.

RECURSO À CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO (CGU)

O requerente manifestou insatisfação com as informações contidas nas respostas fornecidas pelo IFG e pelo SIASS e, por conseguinte, reiterou sua solicitação inicial.

ANÁLISE DA CGU

A CGU entendeu que a demanda possui natureza de consulta, pois, em síntese, busca-se novos

pronunciamentos técnicos sobre a divergência entre laudos periciais já emitidos, bem como justificativas para as decisões adotadas pelos peritos do SIASS IF Goiano. Além disso, a CGU observou que o pedido, além de ser uma consulta, envolve dados pessoais sensíveis, nos termos do art. 31 da Lei nº 12.527/2011, como as cópias dos laudos médicos – embora o requerente não tenha negado ter recebido tais documentos por e-mail. Verificou-se também que o pedido inicial e os recursos subsequentes foram apresentados por familiares e amigos do titular da informação. Assim, mesmo que uma nova manifestação médica viesse a ser elaborada, não se consideraria razoável disponibilizá-la por meio da Plataforma Fala.BR, ainda que justificada pelo estado de saúde do interessado. A CGU ressaltou, ainda, que o recorrido informou, na resposta de 2ª instância, sobre a possibilidade de interposição de pedidos de reconsideração e recurso, conforme o Manual de Perícia Oficial em Saúde (MPOS), tendo indicado o endereço, e-mails e telefones de contato do SIASS da instituição. Diante disso, entendeu-se aplicável a Súmula CMRI nº 01/2015, que determina que, quando houver canal ou procedimento específico para obtenção de determinada informação, o órgão deve orientar o interessado a utilizá-lo, informando os prazos e condições correspondentes. Por fim, quanto ao pedido de providências (apuração de responsabilidades), orientou ao requerente, bem como aos seus familiares e amigos, que poderão se utilizar do canal adequado na Administração Pública Federal, para o recebimento de consultas, denúncias, reclamações, solicitações (de providências e esclarecimentos) e outras manifestações da sociedade, através da Plataforma Fala.BR, disponível no link: <https://falabr.cgu.gov.br/>, utilizando a opção específica para a finalidade desejada, demandas que serão analisadas conforme os ditames da Lei nº 13.460/2017 e regulamentos.

DECISÃO DA CGU

A CGU não conheceu do recurso, tendo em vista que não identificou negativa de acesso à informação, requisito de admissibilidade recursal, conforme previsto no inciso I do art. 16 da Lei nº 12.527/2011; e, ainda, que o requerimento apresentado pelo cidadão aparenta possuir mais características de consulta, conforme disposto no inciso V do art. 2º da Lei nº 13.460/2017, bem como pela indicação de procedimento específico de atendimento, nos termos da Súmula CMRI nº 1/2015 no decorrer das instâncias anteriores.

RECURSO À COMISSÃO MISTA DE REAVALIAÇÃO DE INFORMAÇÕES (CMRI)

O requerente solicitou reconsideração da decisão da CGU. Ademais, requereu, caso a decisão seja mantida, que o IFG seja orientado a conceder acesso integral ao seu prontuário médico-pericial, justificar tecnicamente a não homologação do atestado e assegurar o contraditório e a ampla defesa.

ADMISSIBILIDADE DO RECURSO

Recurso não conhecido.

Parte do objeto está fora do escopo dos arts. 4º e 7º da Lei nº 12.527, de 2011;

Súmula CMRI nº 02/2015.

ANÁLISE DA ADMISSIBILIDADE DO RECURSO

Conforme o art. 24 do Decreto nº 7.724/2012 e os arts. 19 e 20 da Resolução CMRI nº 6/2022, o recurso cumpre os requisitos de legitimidade, tempestividade e regularidade formal. Todavia, o requisito de cabimento não foi atendido, pois, verifica-se que o órgão recorrido forneceu os documentos de que dispunha e os esclarecimentos pertinentes, informando, inclusive, que todas as solicitações de afastamento do servidor haviam sido deferidas. Ainda insatisfeito, o requerente passou a apresentar argumentos nos seus próprios termos. Ao discordar da decisão da CGU, recorreu à CMRI, solicitando que o IFG concedesse acesso integral ao seu prontuário médico-pericial, o qual não constava em seu pedido inicial, configurando inovação recursal, que não será conhecida nos termos da Súmula CMRI nº 2/2015, pois não teve análise das instâncias prévias. Ademais, requereu que o órgão prestasse *“justificativas técnicas sobre a não homologação do atestado”* e que lhe fosse assegurado o contraditório e a ampla defesa, sendo que estes últimos pedidos configuraram demandas de manifestações de ouvidoria, não integrando o escopo do direito de acesso à informação, conforme estabelecido nos arts. 4º e 7º da Lei nº 12.527, de 2011, já que não solicita informação já produzida ou custodiada pela Recorrida. Ressalta-se, contudo, que as demandas de Ouvidoria são legítimas e podem ser encaminhadas à Administração Pública pelos canais adequados da Plataforma Fala.BR, nos termos da Lei nº 13.460, de 2017.

DECISÃO DA CMRI

A Comissão Mista de Reavaliação de Informações, nos termos da Ata 148ª Reunião Ordinária, por unanimidade, não conhece do recurso, considerando que parte das alegações apresentadas trata de manifestações de ouvidoria, as quais não se enquadram no escopo do direito de acesso à informação, nos termos dos arts. 4º e 7º da Lei nº 12.527, de 2011, enquanto a outra parte configura inovação recursal, nos termos da Súmula CMRI nº 02/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Helena Pontual Machado, Presidente Suplente da CMRI**, em 25/09/2025, às 14:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **DEBORA DE MOURA PIRES VIEIRA, Usuário Externo**, em 26/09/2025, às 18:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Míriam Barbuda Fernandes Chaves, Usuário Externo**, em 26/09/2025, às 19:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS AUGUSTO MOREIRA ARAUJO, Usuário Externo**, em 29/09/2025, às 08:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jorge Luiz Mendes de Assis, Usuário Externo**, em 29/09/2025, às 09:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Eveline Martins Brito, Usuário Externo**, em 29/09/2025, às 12:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **RONALDO ALVES NOGUEIRA registrado(a) civilmente como RONALDO, Usuário Externo**, em 13/10/2025, às 06:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6962354** e o código CRC **4A3E58A9** no site:

https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0